

# PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

## ESTADO DO PARANÁ

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - CEP 87670-000 - Telefax: (44) 3440-1221  
CNPJ 76.970.318/0001-67

PORTARIA N.º 002/2020

DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Cleber Geraldo da Silva, Prefeito Municipal de Inajá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LBI,

## RESOLVE:

Art. 1.º - Constituir a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE INAJÁ, durante o exercício de 2020.

Art. 2.º - A Comissão Permanente de Licitação mencionada no artigo anterior, fica assim constituída:

PRESIDENTE: Renato Rafael Diogo do Valle

RG N.º 9.014.461-8

CPF N.º 049.250.729-51

VICE PRESIDENTE: Alvaro Cezar de Assis

RG N.º 3.766.799-4

CPF N.º 618.064.719-49

SECRETÁRIO: Diego Rafael Floripes de Souza

RG N.º 9481911-3

CPF N.º 048.027.979-90

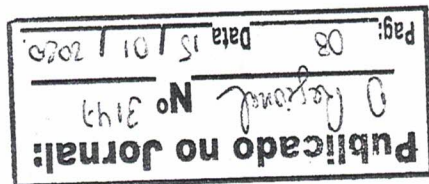
Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ, ESTADO DO PARANÁ.

EM 13 DE JANEIRO DE 2020.

Cleber Geraldo da Silva

PREFEITO MUNICIPAL







PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 - CEP 87670-000 - CENTRO

## SOLICITAÇÃO DE DESPESA

Inajá, 30 de Novembro de 2020

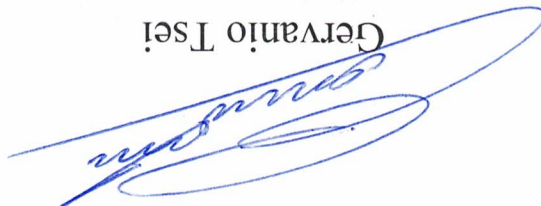
Prezado Senhor Presidente,

Solicito a V.S.<sup>a</sup>, Presidente da Comissão de Licitação, que promova os procedimentos necessários discriminado abaixo.

**Objeto:** Solicitamos aquisição de arroz pacote de 5 quilos.

**Justificativa:** A solicitação se faz necessário em virtude do término da licitação em função das cestas entregues pela Educação e Assistência Social, por conta da Pandemia do Covid.

Atenciosamente,

  
Gervanio Tsei  
Chefe Gabinete





# Prefeitura do Município de Inajá

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.970.318/0001-67

AV. ANTÔNIO VEIGA MARTINS, 80 - TELEFAX: (44) 3440-1221 - CEP 87670-000



De: Departamento de Compras e Licitação

Para: Departamento de Finanças e Divisão de Contabilidade

Assunto:

Em virtude do recebimento da solicitação do Gabinete do Prefeito em 30/11/2020, referente à Contratação de empresa para aquisição de arroz em pacote de 5 kg, necessitamos da manifestação da existência de saldo orçamentário e financeiro.

Salientamos, que a previsão de gastos com a contratação ora pretendida será de aproximadamente R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), com base em levantamentos preliminares realizados pelo gabinete do Prefeito.

Para tanto, solicito ao setor de Contabilidade para confirmação da existência de saldo orçamentário, para o Departamento de Finanças sobre a existência do saldo financeiro para

Atenciosamente.

Alvaro Cezar de Assis  
Comissão C.P.L.

Departamento de Finanças e Divisão de Contabilidade

Recebi a solicitação do Gabinete do Prefeito

em: 30/11/2020

Ana Paula de Oliveira  
Contadora



# Prefeitura do Município de Inajá

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.970.318/0001-67

AV. ANTÔNIO VEIGA MARTINS, 80 - TELEFAX: (44) 3440-1221 - CEP 87670-000



De: Divisão de Contabilidade.

Para: Comissão de Licitação.

Referente: Informação de Recursos Orçamentários

De conformidade com a solicitação efetuada por este Departamento e nos termos do que preceitua a lei nº 8.666/93, tenho a informar que verificando os saldos da execução orçamentária do corrente exercício, constatamos que nesta data:

( ) existe,

( ) não existe,

Previsão de recursos orçamentários para Contratação de empresa para fornecimento de arroz pacote de 5 kg, com um custo de aproximadamente R\$ 17.000,00(dezessete mil reais), nas seguintes dotações relacionadas abaixo e conforme relatório anexo.

Discriminar abaixo, os recursos que poderão ser utilizados para despesas, tais quais seus saldos orçamentários disponibilizados:

RECURSO FINANCEIRO	
UNIDADE ORÇAMENTARIA	05
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	01
PROJETO DE ATIVIDADE	02.504
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.30.00.00.00.00
FONTE DE RECURSO	3544
SALDO ORÇAMENTARIO	R\$ 33.037,79

Inajá, 08 de dezembro de 2020.

Ana Paula de Oliveira

Contadora

Departamento de Licitação e Compras

Recebi da Divisão de Contabilidade

08/12/2020



COTAÇÃO PARA GENEROS ALIMENTICIOS.

EMPRESA: Comercial de Alimentos e Medicamentos Nishikawa Ltda.

C.N.P.J.: 25.458.455/0001-54

DATA: 02/12/20

ITENS A SEREM ADQUIRIDOS

GENEROS ALIMENTICIOS

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	ARROZ BRANCO TIPO 1, PCT 5 KG - TPO 01 (UM) SUBGRUPO POLIDO, CLASSE LONGO FINO (AGULHINHA) EMBALAGEM PLASTICA SE PERFURAÇÕES, VOLUME MINIMO DE 05 KG (CINCO QUILOGRAMAS), CONTENDO NO EXTERIOR A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, PRODUTO LIVRE MANCHAS.	PCT	423	24.20	10.236.60
Total					10.236.60

INAJA PR., 02/12/2020

Assinar e carimbar

Francisco Nishikawa

75.458.455/0001-54  
COMERCIAL DE SECOS E  
MOLHADOS NISHIKAWA LTDA  
AV Antônio Veiga Martins, s/n  
CEP 87670-000  
INAJA PR







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 75.458.455/0001-54	COMPROMISSO DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO DATA DE ABERTURA 26/05/1975
---	--

COMERCIAL NISHIKAWA LTDA
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) COMERCIAL NISHIKAWA
ME PORTE

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO AV ANTONIO VEIGA MARTINS	NÚMERO SN	COMPLEMENTO *****
--	--------------	----------------------

CEP 87.670-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO INAJÁ	UF PR
-------------------	---------------------------	--------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
---------------------	----------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/12/2001
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.  
Emitido no dia 08/12/2020 às 08:05:35 (data e hora de Brasília).







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 75.458.455/0001-54		MATRIZ	
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
DATA DE ABERTURA 26/05/1975			
NOME EMPRESARIAL COMERCIAL DE SECOS E MOLHADOS NISHIKAWA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) COMERCIAL NISHIKAWA			
ME PORTE			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não Informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV ANTONIO VEIGA MARTINS		NÚMERO SN	COMPLEMENTO *****
CEP 87.670-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO INAJÁ	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/12/2001	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.  
Emitido no dia 14/12/2020 às 14:26:00 (data e hora de Brasília).



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

<b>CNPJ:</b>	75.458.455/0001-54
<b>NOME EMPRESARIAL:</b>	COMERCIAL DE SECOS E MOLHADOS NISHIKAWA LTDA
<b>CAPITAL SOCIAL:</b>	R\$5.000,00 (Cinco mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	FRANKY NISHIKAWA
<b>Qualificação:</b>	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.  
emitido no dia 14/12/2020 às 14:26 (data e hora de Brasília).



# COTAÇÃO PARA GENEROS ALIMENTICIOS.

EMPRESA: Ana Maria Consoli & Cia Ltda - ME  
 C.N.P.J.: 03.451.640/0001-06  
 DATA:

ITENS A SEREM ADQUIRIDOS

GENEROS ALIMENTICIOS

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Prego Unit. Máximo	Prego Total
1	ARROZ BRANCO TIPO 1, PCT 5 KG - TPO 01 (UM) SUBGRUPO POLIDO, CLASSE LONGO FINO (AGULHINHA) EMBALAGEM PLASTICA SE PERFURAÇÕES, VOLUME MINIMO DE 05 KG (CINCO QUILOGRAMAS), CONTENDO NO EXTERIOR A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, PRODUTO LIVRE MANCHAS.	PCT	423	24,50	17.713,50
Total					57.713,50

INAJÁ PR., 07 / 12 / 2020

Ana Maria Consoli & Cia Ltda. - ME  
 CNPJ 03.451.640/0001-06  
 Avenida Antônio Veiga Martins, 31 - Centro  
 Cep: 87.670-000 - Inajá - PR

Assinar e carimbar

Ana Maria Consoli







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.451.640/0001-06	MATRIZ
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 15/10/1999	

NOME EMPRESARIAL ANA MARIA CONSOLI & CIA LTDA	
--	--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MINI MERCADO NEUANA	ME PORTE
---	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	
--	--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada	
---	--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada	
--	--

LOGRADOURO AV ANTONIO VEIGA MARTINS	NÚMERO 31	COMPLEMENTO *****
--	--------------	----------------------

CEP 87.670-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO INAJÁ	UF PR
-------------------	---------------------------	--------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (44) 3440-1114
---------------------	--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****	
--	--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/07/2004
-----------------------------	--	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
------------------------------	--

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.  
Emitido no dia 14/12/2020 às 14:28:03 (data e hora de Brasília).





Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.451.640/0001-06
NOME EMPRESARIAL:	ANA MARIA CONSOLI & CIA LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$6.720,00 (Seis mil e setecentos e vinte reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	NEUDAIR CONSOLI
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	ANA MARIA CONSOLI
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	MATEUS JORGE CONSOLI
Qualificação:	30-Sócio Menor (Assistido/Representado)
Nome do Repres. Legal:	ENIVAL CONSOLI
Qualif. Rep. Legal:	15-Pai

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 14/12/2020 às 14:28 (data e hora de Brasília).



COTAÇÃO PARA GENEROS ALIMENTICIOS.

EMPRESA: Aparecida Donizete Ferrari - ME  
C.N.P.J.: 01931785/0001-89  
DATA: 02/12/2020

ITENS A SEREM ADQUIRIDOS

GENEROS ALIMENTICIOS

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	. ARROZ BRANCO TIPO 1, PCT 5 KG - TPO 01 (UM) SUBGRUPO POLIDO, CLASSE LONGO FINO (AGULHINHA) EMBALAGEM PLASTICA SE PERFURAÇÕES, VOLUME MINIMO DE 05 KG (CINCO QUILOGRAMAS), CONTEUDO NO EXTERIOR A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, PRODUTO LIVRE MANCHAS.	PCT	723	24.60	17.78580
Total					17.785.80

INAJÁ PR., 02 de Dezembro /2020

Assinar e carimbar

Aparecida Donizete Ferrari

01931785/0001-89

Aparecida Donizete Ferrari - ME

Av. Antonio Henrique Phillippi, 89  
Centro - CEP 87670-000

INAJÁ - PR





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.931.785/0001-89	MATRIZ
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 19/06/1997	

NOME EMPRESARIAL APARECIDA DONIZETE FERRARI	
--	--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	ME PORTE
---	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	
--	--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não Informada	
---	--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)	
--	--

LOGRADOURO AV ANTONIO H PHILLIPPI	NÚMERO 89	COMPLEMENTO *****
--------------------------------------	--------------	----------------------

CEP 87.670-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO INAJÁ	UF PR
-------------------	---------------------------	--------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
---------------------	----------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****	
--	--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
------------------------------	--

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.  
Emitido no dia 14/12/2020 às 14:29:24 (data e hora de Brasília).



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	
01.931.785/0001-89	
NOME EMPRESARIAL:	
APARECIDA DONIZETE FERRARI	
CAPITAL SOCIAL:	
NÃO HÁ INFORMAÇÃO DE QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES (QSA) NA BASE DE DADOS DO CNPJ	







MÉDIA  
MEDIANA  
MENOR

R\$ 26,42  
R\$ 26,42  
R\$ 26,42

Quantidade total de registros: 1  
Registros apresentados: 1 a 1

FILTROS APLICADOS

Unidade de Fornecimento	Descrição	Identificação do Item de Compra	Mês/Ano da Compra
EMBALAGEM 5,00 KG	ARROZ BENEFICIADO, TIPO:AGULHINHA/BRANCO, SUBGRUPO:POLIDO, CLASSE:LONGO FINO, QUALIDADE:TIPO 1	1350180500009202000040	DEZ 2020

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00009/2020  
Número do Item: 00040  
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de Preço para eventual aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e higienização, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência e demais anexos do Edital.  
Quantidade Ofertada: 100  
Valor Proposto Unitário: R\$35,05  
Valor Unitário do Item: R\$ 26,42  
Código do CATMAT: 458904  
Descrição do Item: ARROZ BENEFICIADO, TIPO:AGULHINHA/BRANCO, SUBGRUPO:POLIDO, CLASSE:LONGO FINO, QUALIDADE:TIPO 1  
Descrição Complementar: ARROZ BENEFICIADO, TIPO AGULHINHA/BRANCO, SUBGRUPO POLIDO, CLASSE LONGO FINO, UNIDADE: TIPO 1  
Unidade de Fornecimento: EMBALAGEM 5,00 KG  
Modalidade da Compra: Pregão  
Forma de Compra: SISRP  
Marca: PRIMO PIATTO  
Data do Resultado: 03/12/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: MANA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA  
CNPJ/CPF: 10851944000126  
Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 135018 - EMBRAPA/CPAP  
Órgão: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA  
Órgão Superior: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA



[Voltar](#) [Imprimir](#)



**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 75.458.455/0001-54  
**Razão Social:** COMERCIAL DE SECOS E MOLHADOS NISHIKAWA LTDA  
**Endereço:** AV ANTONIO VEIGA MARTINS SN / CENTRO / INAJA / PR / 87670-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 26/11/2020 a 25/12/2020

**Certificação Número:** 2020112604441789564673

Informação obtida em 08/12/2020 08:03:01

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)





**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA**  
**ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: COMERCIAL DE SECOS E MOLHADOS NISHIKAWA LTDA**  
**CNPJ: 75.458.455/0001-54**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 14:01:33 do dia 22/09/2020 <hora e data de Brasília>.

Código de controle da certidão: **AB55.6FA5.2844.BBDA**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





[Página Anterior](#)

Certidão **Negativa** emitida em 22/09/2020, com validade até 21/03/2021.

Tipo da Certidão : Negativa

Código de Controle da Certidão : AB55.6FA5.2844.BBDA

Hora da Emissão : 14:01:33

Data da Emissão : 22/09/2020

CNPJ : 75.458.455/0001-54

Resultado da Confirmação de Autenticidade da Certidão

## Confirmação de Autenticidade das Certidões



BRASIL

Acesso à Informação

Participe

Serviços

Legislação

Canais







Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Receita Estadual do Paraná

## Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
Nº 023121776-85

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 75.458.455/0001-54  
Nome: **COMERCIAL DE SECOS E MOLHADOS NISHIKAWA LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Válida até 07/04/2021 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)



Confirmação de Certidão

Informações do Documento

Certidão 023121776-85  
Tipo Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual - Automática  
Fornecida para o CNPJ 75.458.455/0001-54  
COMERCIAL DE SECOS E MOLHADOS NISHIKAWA LTDA  
Emissão 08/12/2020 08:08:17  
Data de Validade 07/04/2021

[Voltar](#)

© Secretaria da Fazenda - SEFA  
Av. Vicente Machado, 445 - Centro - 80420-902 - Curitiba - PR  
[Localização](#)







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: COMERCIAL DE SECOS E MOLHADOS NISHIKAWA LTDA (MATRIZ E

FILIAIS)

CNPJ: 75.458.455/0001-54

Certidão nº: 32269753/2020

Expedição: 08/12/2020, às 08:06:19

Validade: 05/06/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **COMERCIAL DE SECOS E MOLHADOS NISHIKAWA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **75.458.455/0001-54**, **NÃO CONSTA**

do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.





**COMERCIAL DE SECOS E MOLHADOS NISHIKAWA LTDA**  
**CNPJ/MF:75.458.455/0001-54**  
**SEXTA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**  
**NIRE:41201682749**

**FRANKY NISHIKAWA**, brasileiro, maior, solteiro, nascido aos 14/04/1980, natural de São João do Caiuá-PR, empresário, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº7.889.726-0-SSP/PR expedida em 29/10/1996 e inscrito no CPF nº028.934.699-14, residente e domiciliado à Av. Antonio Veiga Martins, 48- fundos - centro- CEP:87.670-000, em Inajá, Estado do Paraná e **CASSIA NISHIKAWA GUIMA**, brasileira, maior, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida aos 19/06/1971, natural de Inajá-PR, empresária, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº5.391.467-5-SSP/PR expedida em 03/08/2015 e do CPF nº848.844.609-87, residente e domiciliada à Av. Antonio Veiga Martins, 48- fundos- centro- CEP:87.670-000, em Inajá, Estado do Paraná, únicos sócios da sociedade que gira sob o nome empresarial de Comercial de Secos e Molhados Nishikawa Ltda-ME, com sede à Av. Antonio Veiga Martins, s/n - centro- CEP:87.670-000, na cidade de Inajá, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ M/F sob o nº75.458.455/0001-54, com registro na Junta Comercial do Paraná sob o nº41201682749, por despacho em sessão de 10/06/1975 e a última alteração registrada sob o nº20165033197, por despacho em sessão de 08/09/2016, resolvem por este instrumento particular alterarem seu contrato primitivo, regido pelas cláusulas e condições seguintes:

**I - DA ALTERAÇÃO SOCIAL**

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Retira-se da sociedade a sócia:

**CASSIA NISHIKAWA GUIMA**, já qualificada, que possui totalmente integralizadas 100 (cem) cotas de capital, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada cota, vendendo e transferindo as referidas quotas a título oneroso, pelo seu valor nominal, ao Sr. Franky Nishikawa, já qualificado, o qual adquire as referidas cotas;

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Após as alterações havidas, o capital social no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) dividido em 5.000 (cinco mil) cotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, fica assim destinado ao sócio remanescente:

SÓCIO	QUOTAS	CAPITAL (R\$)	PORC.(%)
Franky Nishikawa	5.000	5.000,00	100,00
TOTAL.....	5.000	5.000,00	100,00

Franky Nishikawa

Cassia Nishikawa Guima





COMERCIAL DE SECOS E MOLHADOS NISHIKAWA LTDA

CNPJ/MF: 75.458.455/0001-54

SEXTA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

NIRE: 41201682749

**CLÁUSULA TERCEIRA:** A sócia cedente, dá ao cessionário geral e rasa quitação das quotas, declarando este, conhecedor da situação econômica financeira da sociedade, ficando sub-rogado nos direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento;

## II - DA ADMINISTRAÇÃO

**CLÁUSULA QUARTA:** A administração da sociedade que era exercida pelos sócios FRANKY NISHIKAWA E CASSIA NISHIKAWA GUIMA, caberá, de agora em diante, exclusivamente, ao sócio FRANKY NISHIKAWA, autorizado o uso individual do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social da sociedade ou assumir obrigações em favor de terceiros;

**CLÁUSULA QUINTA:** O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

## II - DISPOSIÇÕES GERAIS

**CLÁUSULA SEXTA:** Nos termos do artigo 1033, inciso IV, da Lei 10.406/02, a sociedade permanecerá unipessoal, devendo recompor seu quadro societário no prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias), sob pena de dissolução.

Franky Nishikawa  
Cassia Nishikawa Guima



COMERCIAL DE SECOS E MOLHADOS NISHIKAWA LTDA  
CNPJ/MF: 75.458.455/0001-54  
SEXTA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL  
NIRE: 41201682749

CLÁUSULA SÉTIMA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições que não colidirem com a presente alteração contratual.

E, por assim acharem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente instrumento, em via única, de igual e teor, obrigando-se fielmente a cumpri-lo em todos os seus termos.

Inaja-PR, 20 de Julho de 2020

FIRMA RECONHECIDA

Franky Nishikawa

FIRMA RECONHECIDA

Cássia Nishikawa Guíma

Cássia Nishikawa Guíma





77.933.364/0001-59

SERVICO REGISTRAL E NOTARIAL CAMPOS

AV ANTONIO H. PHILIPPI, 100  
87670-000 - INAJA - PR

**SERVICO DISTRIAL DE INAJA**

Av Antonio Henrique Philippi nº 100 - Centro - CEP: 87670-000 - Inaja - PR  
contato@inaja.com.br - Fone/Fax: (44) 3440-1045

Sala HBDO VRAV Inaja. Controle. Webex. U30x

Consulte esse selo em: <http://funapen.com.br>

Reconheço verdadeira a assinatura indicada de

**FRANKY NISHIKAWA (812) e CASSIA NISHIKAWA GUIMA**

Dou 16

FRANKY NISHIKAWA (812) e CASSIA NISHIKAWA GUIMA

Inaja, PR, 23 de junho de 2020 - 15:35:01h

Em Teste: Maria Raquel de Moraes Campos

Escritante Substituta

Maria Raquel de Moraes Campos

ESCREVENTE SUBSTITUTA

CPF Nº 541.363.429-34



CERTIFICADO O REGISTRO EM 29/07/2020 16:56 SOB Nº 20203737822.  
PROTOCOLO: 203737822 DE 27/07/2020 11:37.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12003287700. NIRE: 41201682749.  
COMERCIAL DE SECOS E MOLHADOS NISHIKAWA LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETARIO-GERAL

CURITIBA, 29/07/2020

[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

MUNICÍPIO DE INAJA  
F.L.S. 28  
VISTO

SERVICO REGISTRAL E NOTARIAL CAMPOS

VANILDO AFRONSO DE OLIVEIRA CAMPOS  
REGISTRADOR E NOTARIO

MARIA RAQUEL DE MORAES CAMPOS  
ESCREVENTE SUBSTITUTA

FONE (44) 3440-1045

AV ANTONIO HENRIQUE PHILIPPI, Nº 100 - CEP 87670-000 - INAJA - PR





ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

CNPJ: 76.970.318/0001-67  
AVENIDA ANTONIO VEIGA MARTINS, 80  
C.E.P.: 87670-000 - Inajá - PR

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Excelentíssimo(a) PREFEITO MUNICIPAL

No uso das atribuições de meu cargo, venho respeitosamente requerer que Vossa Excelência autorize a abertura de procedimento licitatório conforme especificações relacionadas abaixo. A existência de recursos orçamentários foi confirmada pelo parecer contábil expedido pelo setor de contabilidade, estando tudo de acordo com a legislação em vigor.

**OBJETO DA LICITAÇÃO:** AQUISIÇÃO DE PACOTES DE ARROZ 5kg, PARA COMPLEMENTAÇÃO A LICITAÇÃO REALIZADA PARA GÊNEROS ALIMENTÍCIOS. DEVIDO AS MEDIDAS ADOTADAS NO ENFRENTAMENTO A EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS, UTILIZANDO-SE DE QUANTIDADE SUPERIOR AO PLANEJADO PARA O PERÍODO

**Processo Adm. nº:** 120/2020  
**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

**Forma de Julgamento:** MENOR PREÇO  
**Forma Pgto. / Reajuste:** CONFORME CONTRATO DE FORNECIMENTO / NÃO HAVERÁ

**Prazo Entrega/Exec.:** IMEDIATO  
**Local de Entrega:** DEPARTAMENTOS E DIVISÕES MUNICIPAIS - DIVERSOS

**Urgência:** IMEDIATA  
**Vigência:** 12 MESES

**Observações:**

**Convidados:**

DOTAÇÕES QUE SERÃO UTILIZADAS:

1-PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Despesa	Código da Dotação	Descrição da Dotação	Compl. do Elemento	Valor Previsto
462	05.01.2.501.3.3.90.30.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINIS	3.3.90.30.07.12.00.00	20.000,00

Fonte de Recurso : 3511 - Taxas - Prestação de Serviços - exercício anterior

Total previsto: 20.000,00

ITENS:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Prego Unit. Máximo	Total Previsto
1	723.000	PCT	ARROZ BRANCO TIPO 1 - ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA SEM PERFURAÇÕES - CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, COM MARCA, PRAZO DE VALIDADE E PESO - 5kg (10-01-0155)	24,2000	17.496,60

Total Geral ----->

24.2000 17.496,60

Inajá, 8 de Dezembro de 2020.

MUNICÍPIO DE INAJÁ  
FLS. 26 / VISTO



ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

CNPJ: 76.970.318/0001-67  
AVENIDA ANTONIO VEIGA MARTINS, 80  
C.E.P.: 87670-000 - Inajá - PR

Inajá, 8 de Dezembro de 2020.

Renato Do Valle  
Divisão de Licitação e Compras  
Prefeitura Municipal de Inajá - PR

**AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO**

O(a) PREFEITO MUNICIPAL, CLEBER GERALDO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e suas alterações legais, resolve:

01 - Autorizar a abertura do Processo Administrativo de Licitação Nº 120/2020, na modalidade de Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços.

Inajá, 8 de Dezembro de 2020.

CLEBER GERALDO DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL



**AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO**

O(a) Prefeito Municipal, CLEBER GERALDO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e suas alterações legais, resolve:

01 - Autorizar a abertura do presente processo administrativo de licitação, assim identificado:

A - Processo Nr.: 120/2020	B - Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços	C - Forma de Julgamento: MENOR PREÇO	D - Forma Pgto./ Reajuste: CONFORME CONTRATO DE FORNECIMENTO / NÃO HAVERA	E - Prazo Entrega/Exec.: IMEDIATO	F - Local de Entrega: DEPARTAMENTOS E DIVISÕES MUNICIPAIS	G - Urgência: IMEDIATA	H - Vigência: 12 MESES	I - Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE PACOTES DE ARROZ 5kg, PARA COMPLEMENTAÇÃO A LICITAÇÃO REALIZADA PARA GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DEVIDO AS MEDIDAS ADOADAS NO ENFRENTAMENTO A EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS, UTILIZANDO-SE DE QUANTIDADE SUPERIOR AO PLANEJADO PARA O PERÍODO	J - Observações:	K - Convidados:
----------------------------	---	--------------------------------------	---	-----------------------------------	---	------------------------	------------------------	---	------------------	-----------------

02 - Indicação de Recursos - Dotação Orçamentária:

Despesa	Código da Dotação	Descrição da Dotação	Compl. do Elemento	Valor Previsto
462	05.012.501.3.90.30.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTR.	3.3.90.30.07.12.00.00	20.000,00
Fonte de Recurso : 3511 - Taxas - Prestação de Serviços - exercício anterior				
Total Previsto : 20.000,00				

Inajá, 8 de Dezembro de 2020.

Cleber Geraldo da Silva  
Prefeito Municipal  
CPF: 037.233.919-07

MUNICÍPIO DE INAJÁ  
F.L.S. 28 / VISTO





# PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná  
CNPJ Nº 76.970.318/0001-67  
Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 - CEP 87670-000 - CENTRO

De: Comissão Permanente de Licitação

Para: Departamento Jurídico

Em: 08/12/2020

**Assunto:** Contratação de empresa para aquisição de arroz.

Tendo a comissão permanente de licitação recebido autorização do Gabinete do Prefeito para Contratação de empresa para aquisição de arroz, solicitamos deste departamento a indicação da modalidade de licitação a ser utilizada, bem como informações sobre os termos editalício.

Na certeza de vosso pronto atendimento

Atenciosamente

Alvaro Cezar de Assis

Comissão da CPL

Departamento Jurídico:

Recebi a solicitação da Comissão

Permanente de Licitação em:

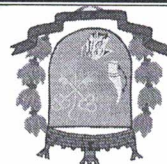
08/12/2020

Dra. Zeille Maria de Oliveira

Procuradora Municipal







**PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ**

**C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67**

**Av. Antonio Vêga Martins, 80 - Centro - Teléfax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000**

**E-mail pmijnaja@uol.com.br**

## **PARECER JURÍDICO**

Órgão Solicitante: Comissão Permanente de Licitação.

Órgão(s) Interessado(s): Comissão Permanente de Licitação e Chefe de Gabinete

Assunto: Procedimento administrativo de contratação/aquisição.

**EMENTA:** Licitação. Dispensa Art. 24, IV, Lei 8.666/93. Possibilidade. Observações.

## **I - DOS FATOS**

Trata-se de solicitação do Chefe de Gabinete, para a "aquisição de arroz pacote de 5kg – tipo I", conforme o menor dos orçamentos colhidos R\$ 17.496,60 (dezessete mil, quatrocentos e noventa e seis reais e sessenta centavos), nos termos da documentação que acompanham a solicitação do interessado.

A justificativa baseia-se no valor da contratação (Lei 8.666/93, art. 24, II) e encontra-se anexada ao procedimento com a afirmação de que "*a aquisição é necessária em virtude do termo deste item na Licitação de Gêneros Alimentícios, em função da entrega de cestas para as famílias vulneráveis atendidas pela Assistência Social e Departamento de Educação, em decorrência da pandemia do COVID-19*".

As despesas estão previstas na rubrica 05.01.2.501, elemento de despesa 3.3.90.30.00.00.00.00, fonte 3511 com saldo informado de R\$ 33.617,79 (trinta e três mil, seiscientos e dezessete reais e setenta e nove centavos) segundo informação contábil, cumprido, portanto, o requisito orçamentário.

É o breve relatório. Passo a opinar.

## **II - FUNDAMENTAÇÃO**





Primeiramente, cumpre destacar que o presente parecer é emitido para os fins do disposto do parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93, ou seja, para a exclusiva análise da minuta de edital e minuta do contrato.

Art. 38 – [...]

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Ou seja, compete à assessoria/procuradoria jurídica, no âmbito de licitações e contratos administrativos, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses teratológicas.

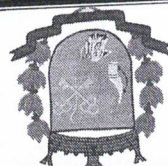
Esses limites de atuação se justificam em razão do princípio da deferência técnico-administrativa<sup>1</sup>, que desautoriza opinião jurídica sobre questões sem conteúdo estritamente

<sup>1</sup> BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. RESP nº 1.171.688. Relator: Mauro Campbell Marques. Disponível em: [https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/medio/?componente=ATC&sequencial=10502654&n\\_registro=200902425347&data=20100623&tipo=5&formato=PDF](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/medio/?componente=ATC&sequencial=10502654&n_registro=200902425347&data=20100623&tipo=5&formato=PDF). Acesso em: 04 fev. 2014.

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES RECORRENTE : TIM CELULAR S/A ADVOGADA : ADRIANA VIEIRA DE RESENDE E OUTRO(S) RECORRIDO : GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA GVT ADVOGADO : TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR E OUTRO(S) INTERES : AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL - "AMICUS CURIAE" PROCURADOR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF INTERES : CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE - "AMICUS CURIAE" ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF EMENTA PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. VIOLAÇÃO AO ART. 267, § 3º, DO CPC. INOCORRÊNCIA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. TELECOMUNICAÇÕES. INTERCONEXÃO. VALOR DE USO DE REDE MÓVEL (VU-M). DIVERSAS ARBITRAGENS ADMINISTRATIVAS LEVADAS A CABO PELA ANATEL. DECISÃO ARBITRAL PROFERIDA EM CONFLITO ENTRE PARTES DIFERENTES, MAS COM O MESMO OBJETO. MATÉRIA DE ALTO GRAU DE DISCRICIONARIEDADE TÉCNICA. EXTENSÃO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA ÀS HIPÓTESES QUE ENVOLVEM OUTRAS OPERADORAS DE TELEFONIA. DEVER DO JUDICIÁRIO. PRINCÍPIOS DA DEFERÊNCIA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA. DA EFICIÊNCIA E DA ISONOMIA. EVITAÇÃO DE DISTORÇÕES CONCORRENCIAIS. REVISÃO DA EXTENSÃO DA LIMINAR DEFERIDA NO PRESENTE CASO.







jurídico<sup>2</sup>, ou seja, não deve o órgão jurídico emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade<sup>3</sup>.

Dessa forma, o processo será analisado em seu aspecto forma, considerando as

disposições legais aplicáveis.

De fato, as hipóteses de dispensa de licitação estão arroladas taxativamente no artigo

24 da Lei nº 8.666/93, dentre as quais, a dispensa em razão de emergência ou calamidade pública, conforme inciso IV, aplicável ao objeto do presente caso:

Art. 24. É dispensável a licitação:

**IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a**

**prorrogação dos respectivos contratos; (grifou-se)**

Considera-se como situação emergencial, asseguradora da regular dispensa de licitação, aquela que precisa ser atendida com urgência, objetivando a não ocorrência de prejuízos, não sendo comprovada a desídia do Administrador ou falta de planejamento. Já por calamidade pública, entendam-se aquelas desgraças que atingem, de repente, grande número de cidadãos, como, por exemplo, podemos citar a seca, as inundações, enxurradas, desabamentos, peste, guerra, incêndio, terremoto, vendaval.

O inclito Jessé Torres Pereira Júnior, ao comentar o referido dispositivo, cujo entendimento é compartilhado pela doutrina dominante, afirma que:

<sup>2</sup> Sobre tudo em matérias técnicas e nas quais houve um eficiente debate em consultas e audiências públicas, o Judiciário tem buscado preservar a decisão da agência, desde que razoável. O Judiciário não pode substituir a interpretação razoável da agência reguladora pela sua, por que também seja plausível. Trata-se do Princípio da Diferença do Poder Judiciário para com as decisões administrativas. (ARAGÃO, Alexandre Santos de. Agências Reguladoras e a Evolução do Direito Administrativo Econômico, 2. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 442.)

<sup>3</sup> Aliás, esse tema foi transformado em enunciado pela AGU. Disponível em: <http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/37931611>







**PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ**

**C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67**

*Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000*

**E-mail pminjaua@uol.com.br**

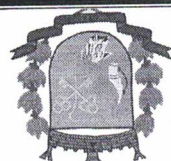
“Já na vigência da Lei nº 8.666/93, o Tribunal de Contas da União definiu que: além da adoção das formalidades previstas no art. 26 e seu parágrafo único da nº Lei nº 8.666/93, são pressupostos da aplicação do caso de dispensa preconizados no art. 24, inciso IV, da mesma lei: a.1) que a situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, não se tenha originado, total ou parcialmente da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, que ela não possa, em alguma medida, ser atribuída à culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação; a.2) que exista urgência concreta e efetiva do atendimento a situação decorrente do estado emergencial ou calamitoso, visando afastar risco de danos a bens ou à saúde ou à vida das pessoas; a.3) que o risco, além de concreto e efetivamente provável, se mostre iminente e especialmente grave; a.4) que a imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, de determinadas obras, serviços ou compras, segundo as especificações e quantitativos tecnicamente apurados, seja o meio adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado”.

O Tribunal de Contas da União tem mantido o posicionamento de que é cabível a dispensa de licitação:

Dispensa—emergência TCU decidiu: “...a urgência de atendimento para a dispensa de licitação é aquela qualificada pelo risco da ocorrência de prejuízo ou comprometimento da segurança de pessoas, obras e serviços, equipamentos ou outros bens públicos e particulares, caso as medidas requeridas não sejam adotadas de pronto.” (Fonte: TCU. Processo nº 009.248/94-3. Decisão nº 347/1994—Plenário e TCU -Processo nº 500.296/96-0. Decisão nº 820/1996-Plenário)

“Emergência—calamidade pública Nota : o TCU decidiu em resposta a consulta, que é dispensável a licitação no caso de calamidade pública desde que observados os artigos 24, IV, e 26 da Lei nº 8.666/93, bem como os pressupostos estabelecidos em caráter normativo na Decisão nº 347/94 e ainda, a observância do Decreto Federal nº 895/93, justificativa da escolha do fornecedor (capacidade técnica). Fonte: TCU. Processo nº 929.114/98-1. Decisão nº 627/1999—Plenário.”





**PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ**  
**ESTADO DO PARANÁ**

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67  
Av. Antonio Vêiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000  
E-mail pminalja@uol.com.br

certificação e/ou conferência, justamente para essa análise, devendo esse ato de "conferência" ser consignado nos autos do procedimento.

É importante também que nos documentos elaborados pela Comissão de Licitação, seja na declaração de dispensa, seja em ato próprio, conste a necessidade ou não de elaboração de contrato administrativo, o qual é dispensado nos casos previstos no artigo 62, da Lei 8.666/93, *in verbis*:

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

§ 1º A minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação.

§ 2º Em "carta contrato", "nota de empenho de despesa", "autorização de compra", "ordem de execução de serviço" ou outros instrumentos hábeis aplica-se, no que couber, o disposto no art. 55 desta Lei.

§ 3º Aplica-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 desta Lei e demais normas gerais, no que couber:

I - aos contratos de seguro, de financiamento, de locação em que o Poder Público seja locatário, e aos demais cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por norma de direito privado;

II - aos contratos em que a Administração for parte como usuária de serviço público.

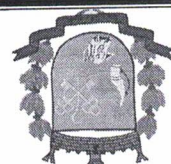
§ 4º É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

A contratação direta também é um procedimento licitatório, que deve conter além das exigências específicas do artigo 26 já mencionado, os requisitos gerais previstos no caput do artigo 38 da Lei 8.666/93, *in verbis*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:







**PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ**

**ESTADO DO PARANÁ**

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail [pmijnaja@uol.com.br](mailto:pmijnaja@uol.com.br)

Deve observar os princípios gerais das licitações e contratos, **estar acompanhado**

**de cópia do documento de nomeação da Comissão Permanente de Licitação**, ser **rubricado em todas as folhas**. E o resumo do procedimento deverá ser publicado na imprensa oficial, na primeira edição subsequente à finalização do presente procedimento.

Analisando-se o conteúdo do procedimento, até o presente momento, verifica-se estar

formalmente regular para que possa cumprir seu objetivo, garantindo-se a observância do princípio constitucional da isonomia, criando condições de processar a licitação de conformidade com os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e moralidade administrativa, estabelecidos no art. 37, *caput*, da

Constituição Federal, que regem as atividades administrativas.

Destacamos que após os trâmites procedimentais compete à autoridade competente

a aprovação do procedimento.

Assim, considerando que a contratação do serviço pode ser feita sem procedimento

licitatório, pois a situação se enquadra nas hipóteses do art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93,

opinamos pela contratação direta para aquisição do produto.

### **III - DA CONCLUSÃO**

O processo de dispensa deve ser autuado, numerado e corretamente formalizado, com a minuta do contrato dentro dos requisitos necessários, necessitando ainda a ratificação do ordenador de despesa, competindo a decisão de contratação e homologação do certamente exclusivamente à autoridade administrativa competente.

Esse é, s.m.j., o parecer que submeto à análise superior para deliberação.

Inajá-PR, 14 de dezembro de 2020.

**Zeille Maria de Oliveira**  
**OAB/PR 71.894**  
**Procuradora Municipal**





ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 118/2020      Processo Administrativo: 120/2020      Total dos Itens Vencedores: 17.496,60  
Licitação.....: 84/2020 - DL  
Modalidade.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE PACOTES DE ARROZ 5kg, PARA COMPLEMENTAÇÃO A LICITAÇÃO REALIZADA PARA GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DEVIDO AS MEDIDAS ADOTADAS NO ENFRENTAMENTO A EMERGENCIA EM SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO CORONAVIRUS, UTILIZANDO-SE DE QUANTIDADE SUPERIOR AO PLANEJADO PARA O PERÍODO

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 10010155	- ARROZ BRANCO TIPO 1 - 5kg - Unidade: PCT						
22	COMERCIAL DE SECOS E MOLHADOS NISHIKAWA LTDA - EPF		723.000	0,0000	24,2000	17.496,60	Venceu	1 *****

Inajá, Em 11 / 12 / 2020.

RENATO RAFAEL DIOGO DO VALLE - Presidente da Comissão  
ALVARO CEZAR DE ASSIS - VICE-PRESIDENTE  
DIEGO RAFAEL FLORIPES DE SOUZA - SECRETARIO

MUNICÍPIO DE INAJÁ  
FLS. 3 / VISTO









PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ



Estado do Paraná  
CNPJ Nº 76.970.318/0001-67  
Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 151/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 084/2020

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DE INAJÁ - PR, E A EMPRESA - COMERCIAL DE SECOS E MOLHADOS NISHIKAWA LTDA -EPP, NOS TERMOS DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 084/2020 de 14/12/2020.-----

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ, com endereço a Av. Antônio Veiga Martins, Nº 80/82, Centro, inscrita sob o CNPJ Nº 76.970.318/0001-67, pessoa jurídica de direito público interno, representada neste ato pelo Senhor CLEBER GERALDO DA SILVA – PREFEITO MUNICIPAL, casado, portador do RG Nº 7.580.647-7-SSP/PR e CPF Nº 037.233.919-07, residente e domiciliado na RUA VITÓRIA, Nº 367, CENTRO, neste município.

**CONTRATADA:** COMERCIAL DE SECOS E MOLHADOS NISHIKAWA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 75.458.455/0001-54, situada na AVENIDA ANTONIO VEIGA MARTINS, Nº S/N, CENTRO – CEP- 87.670-000- INAJÁ - PR, neste ato, representada pelo Sr. FRANKY NISHIKAWA– RG Nº 7.889.729-0-SSP-PR, CPF -028.934.699-14- SÓCIO - ADMINISTRADOR da empresa..

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PACOTES DE ARROZ 5 KG, PARA COMPLEMENTAÇÃO A LICITAÇÃO REALIZADA PARA GÊNEROS ALIMENTÍCIOS. DEVIDO AS MEDIDAS ADOTADAS NO ENFRENTAMENTO A EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS, UTILIZANDO-SE DE QUANTIDADE SUPERIOR AO PLANEJADO PARA PERÍODO, CONFORME ITEM E QUANTIDADE EM ANEXO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	ARROZ BRANCO TIPO 1 - ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA SEM PERFURAÇÕES - CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, COM MARCA, PRAZO DE VALIDADE E PESO - 5KG.	PCT	723	24,20	17.496,60
TOTAL					17.496,60

**Parágrafo único** - Ficam integrados a este Contrato, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: Proposta de preço, Parecer Jurídico e legislação pertinente.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR:**

O valor total referente a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 084- 2020, é de R\$ 17.496,60 ( DEZESSETE MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E SSESSENTA CENTAVOS)

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega do objeto, através de nota fiscal emitido pela CONTRATADA ou sua representante a partir da data de assinatura deste, com comprovação fiscal e trabalhista.

Ocorrera por conta da seguinte dotação orçamentária:







## PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná  
CNPJ Nº 76.970.318/0001-67  
Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

- 05.01.2.501 33.90.30.00.00.00 3511- R\$ 33.617,79

Ultrapassado o exercício financeiro de 2020, o Município adotará as medidas necessárias para assumir a dotação correspondente para o período.

**Parágrafo primeiro:** Ficando a CONTRATADA temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos ao presente, deverá esta, comunicar e justificar o fato, por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que, a CONTRATANTE tome as providências cabíveis.

**Parágrafo segundo:** Sobre as práticas fraudulentas e de corrupção, para os propósitos desta, definem-se as seguintes práticas:

- "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

**Parágrafo terceiro:** Enquanto perdurar o impedimento, a CONTRATANTE se reserva no direito de contratar o objeto em questão com outro fornecedor, desde que respeitadas as condições deste processo, não cabendo direito a CONTRATADA de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

### CLÁUSULA QUARTA – DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO:

A CONTRATADA não poderá em hipótese alguma ceder o presente Contrato a nenhuma outra pessoa de caráter física ou jurídica.

### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:

O prazo de vigência do presente contrato é de 17/12/2020 A 15/12/2021 ou até entrega total do objeto.

### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

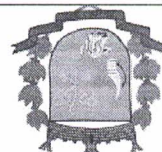
- A entrega do objeto no destino final será de responsabilidade da contratada,
- Será designado um servidor para o fiscalização do objeto, com autorização do Departamento solicitante;
- Apresentar junto com a nota fiscal, Certidão Trabalhista e Certidões Fiscais e Previdenciárias.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO:

A CONTRATANTE reserva-se o direito de rescindir o presente Contrato independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

- quando a CONTRATADA falir, entrar em concordata ou for dissolvida;
- quando a CONTRATADA transferir no todo ou em parte, o Contrato, sem a prévia anuência da CONTRATANTE;
- quando houver inadimplência de cláusulas ou condições contratuais por parte da CONTRATADA.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná  
CNPJ Nº 76.970.318/0001-67  
Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

**Parágrafo único:** A rescisão do Contrato quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais providências legais cabíveis.

**CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS:**

Os casos omissos serão dirimidos em comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor.

### CLÁUSULA NONA – DO CONHECIMENTO DAS PARTES:

Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:

As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Paranaity-PR, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA.

Justas e Contratadas, firmam as partes este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

Em, 14 de dezembro de 2020.

CLÉBER GERALDO DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

HELIO RODRIGUES DE JESUS

FRANKY NISHIKAWA  
SÓCIO - ADMINISTRADOR

CONTRATADA

GILBERTO MARCOS LUTERKING DUTRA







